A FÉ COMO ESTADO DE VULNERABILIDADE E A DECADÊNCIA DO PRAZO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

JOANA D'ARC NUSDA DA SILVA¹

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

JULIANA DOS SANTOS PIRES MELETA²

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

MARCIALINA DE FÁTIMA LEAL DO VALLE

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Resumo: A fé como estado de vulnerabilidade no caso do Médiun João de Deus e como a decadência do prazo do direito de representação pode afetar na punibilidade do réu essa condição de vulnerabilidade é aferível no momento do cometimento do crime (já que a lei não fez distinção), pois o agressor se valeu da confiança da vítima e de sua vulnerabilidade momentânea para tanto.

(PALAVRAS-CHAVE: Ação Penal. Violência sexual. Decadência)

Abstract: Belief as a state of vulnerability in the case of the Medium João de Deus and how the loss of a procedural right to representation can affect the defedant's punishability. This condition of vulnerability can be measured at the time of committing the crime (since the law did not make a distinction), as the agressor took advantage of the victim's trust and momentary vulnerabuility for this purpose.

(KEY WORDS: Criminal Action, Sexual Violence, oKloss of a procedural right)

INTRODUÇÃO

Com este artigo, mostraremos como a fé influência no reconhecimento da prática de violência sexual dificultando a visão da vítima em reconhecer a agressão tornando assim os casos de assédio ocorridos mais amenos dificultando a punibilidade do autor. Busca-se também explicar sobre a importância de uma sociedade atenta às violências, no qual se serve de exemplo para futuras gerações, devendo atuar de forma acolhedora, pois os traumas que as vítimas e até mesmo suas famílias sofrem são irreparáveis.

A FÉ COMO ESTADO DE VULNERABILIDADE E A DECADÊNCIA DO PRAZO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

Segundo Maísa Guimarães (2020), quando os assédios ocorrem dentro do ambiente religioso, coloca-se: ““a priori, a relação hierárquica de poder (...) Se para os seguidores de determinada religião a ação da pessoa que ocupa um lugar de poder dentro do determinado âmbito (um padre, um pastor ou um sacerdote, por exemplo) é tida como um representante de Deus, uma divindade (...), surgindo uma grande dificuldade para a vítima da violência sexual perceber aquilo como um crime ou até assimilar o ato como violentador.””

A fé pode ser considerada um estado de vulnerabilidade no caso do médium João de Deus, pois muitas pessoas acreditavam em sua suposta capacidade de cura e buscavam seus serviços com base nessa crença, levando muitas vítimas a se submeterem a abusos sexuais cometidos por ele, pois o mesmo se aproveitava da confiança para cometer os crimes.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos recebeu 462 denúncias de violações cometidas por líderes religiosos – o equivalente a uma média de três denúncias por semana. O dado inédito, obtido pela *Pública* através da Lei de Acesso à Informação (LAI), revela que, desse total, 167 casos envolvem denúncias de violência sexual. (Dados de 2019)

No entanto, é importante destacar que o direito de representação das vítimas no caso João de Deus não está necessariamente relacionado à fé, mas sim ao prazo legal para que a vítima possa buscar a responsabilização do agressor perante a justiça.

O prazo de decadência para o direito de representação no caso de crimes sexuais é de 6 meses a partir da data em que o crime é cometido, conforme previsto no artigo 103 do Código Penal. Após esse período, a vítima não pode mais buscar a responsabilização do agressor por meio da ação penal.

No caso de João de Deus, muitas vítimas relataram os abusos sexuais anos ou mesmo décadas após o ocorrido, o que pode ter dificultado a responsabilização do agressor na esfera criminal. No entanto, é importante destacar que isso não significa que as vítimas não possam buscar outras formas de reparação, como por exemplo, por meio de ações civis de indenização por danos morais e materiais.

Esse prazo não é alterado pela crença da vítima ou por qualquer outra circunstância. O prazo de decadência é uma previsão legal que determina o período máximo em que a vítima pode buscar a responsabilização do agressor por meio da ação penal.

No entanto, é importante destacar que a crença da vítima pode influenciar na forma como ela percebe o crime e pode afetar sua decisão de buscar ou não a responsabilização do agressor. Algumas vítimas podem sentir vergonha, culpa ou medo de denunciar o agressor, o que pode levar a um atraso na busca por justiça.

Por isso, é fundamental que as vítimas de crimes sexuais sejam acolhidas e apoiadas para que possam superar esses sentimentos e buscar a responsabilização do agressor dentro do prazo legal. Além disso, é importante que a sociedade como um todo se mobilize para combater a cultura do silêncio e da impunidade que muitas vezes cercam esses crimes.

Não há dados precisos sobre a porcentagem de crimes sexuais cometidos tendo a fé como pressuposto no Brasil, já que não há estatísticas oficiais que relacionem a religião ou a crença com a prática de crimes sexuais. Além disso, muitos crimes sexuais não são denunciados ou registrados, o que dificulta ainda mais a obtenção dessas informações.

No entanto, sabe-se que a crença e a religiosidade podem ser fatores que influenciam tanto a vítima quanto o agressor em casos de crimes sexuais. Por exemplo, a crença na autoridade moral de um líder religioso pode levar a vítima a se submeter a abusos sexuais ou a não denunciá-los. Por outro lado, a crença em uma moralidade rígida pode levar o agressor a sentir vergonha ou medo de revelar seus desejos sexuais e, assim, buscar a satisfação de maneira violenta.

CONCLUSÃO

Diante desse cenário, é importante que a sociedade como um todo, incluindo líderes religiosos e instituições religiosas, se mobilize para combater a violência sexual e garantir que as vítimas sejam acolhidas e apoiadas. Além disso, é fundamental que sejam criados mecanismos eficazes para prevenir e denunciar casos de crimes sexuais, independentemente da crença ou religião envolvida.

Vale ressaltar que por mais que existam leis e normas a respeito dos crimes sexuais, na prática, o sistema funciona de forma diferente. A palavra da vítima é questionada e o seu corpo violado todos os dias. O número de abusos é alto e muitos desses casos, acontecem em locais considerados seguros. O Poder Judiciário deveria ser um contribuinte relevante para a solução no número de casos de estupro, porém, muitas das vezes é o principal elemento no atraso e má funcionamento dessas questões.

Cabe ao Estado responsável pela segurança social e pela criação de normas regulamentadoras para uma sociedade mais organizada, mais igualitária, promulgar a Lei de proteção a mulher para assegurar a tais uma vida digna, sem violência, com apoio de campanhas para denunciarem o abuso e agressão, as vítimas se tornam mais livres para exercer seus direitos sem medo, para denunciarem e o agressor ser punido por seus atos infames, a fim de que não ocorra isso nas próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sonia Maria. **Reflexões sobre violência doméstica:** algumas contribuições para (re)pensar a violência contra crianças, adolescentes e mulheres. Vol. 9 N° 3. 2005.

Código Penal (1990). **Código Penal:** promulgado em 7 de dezembro de 1940. 34. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (série Vademecum).

Constituição (1988). **Constituição Federal do Brasil:** promulgado em 5 de outubro de 1988. 34. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (série Vademecum).

CUNHA, Bárbara Madruga. **Violência contra a mulher,** direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR. Curitiba, 2014.

FONSECA, Bruno. “violência sexual nas igrejas” Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/apublica.org/2019/06/disque-100-registrou-167-denuncias-de-violacao-sexual-praticada-por-lideres-religiosos-em-tres-anos/%3famp>. Acesso em: 15/09/2023.

GIL, Amanda. “violência sexual nas igrejas” Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/profeta-do-caos-pastor-lidera-projeto-contra-assedio-sexual-na-igreja>. Acesso em: 15/09/2023.